

A Economia Solidária em Campos dos Goytacazes: O papel do Fórum Local de Economia Solidária na articulação da Política Pública Municipal

Katarina Ribeiro da Silva¹

Vanuza da Silva Pereira Ney²

GT 2. Políticas Públicas, Conflitos e Movimentos Sociais

Resumo

O presente trabalho tem por propósito verificar a relação do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG) e as políticas públicas municipais no fomento e intensificação da Economia Solidária. Pretende-se ainda apresentar o FLES/CG, e a composição dos empreendimentos membros, com destaque para a organização do movimento social e os conflitos postos pelos grupos de interesses. Feito, a partir do banco de dados do Fórum, e de entrevistas semi estruturadas com os líderes segmentares que compõem o movimento mais a representante da Incubadora Tecnológica de Empreendimento Populares (ITEP). A análise mostrou o processo de construção das políticas públicas municipais de Economia Solidária, no qual o Fórum se mostrou como o espaço de disputa dos grupos de interesses. As políticas públicas ainda estão em processo inicial de implementação e não pode-se afirmar se serão de cunho permanente ou atreladas ao governo, as quais apresentam uma concentração na disposição de espaços de comercialização, visando a possibilidade de geração de renda aos empreendimentos econômicos solidários locais.

Palavras-chave: Economia Solidária, Políticas Públicas Municipal, Movimento Social

Introdução

A Economia Solidária (EcoSol) é um movimento social, político e econômico, empenhado em promover trabalho e renda por meio de circulação local de riquezas, emancipação socioeconômica de classes vulneráveis e fomento a políticas públicas de desenvolvimento local. No Brasil, já contou com uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) junto ao Ministério do Trabalho, sendo em 2019 transferida para um departamento junto ao Ministério da Cidadania. Conta também com um Sistema de Informação (SIES), um Observatório Nacional de Economia Solidária e Cooperativismo (ONESC), um Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A organização formal da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes é uma externalidade positiva da política de extensão universitária da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) que em 2009 criou a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP), a qual tem como missão auxiliar a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) e organizar o movimento social de EcoSol. No ano de 2011 foi conquistado junto ao governo municipal a criação do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG) e em 2016 outorgada a Lei nº 8.717 - dos princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Pública de Economia Solidária e Cidadã, estas duas vitórias do movimento social de EcoSol campistas possibilitaram a base para a criação de política pública com abordagem nos conflitos vivenciados pelos EES.

O FLES/CG é um espaço de organização dos trabalhadores, visando discutir os avanços e as dificuldades da política pública de EcoSol. Nele congregam os empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos, focados em construir um novo modelo socioeconômico, a partir das seguintes bandeiras: produção, comercialização, consumo solidário, finanças solidárias, formação e marco legal, da mesma forma que é estabelecida pelo FBES. Os participantes, se estabelecem mediante a carta de adesão sancionada junto à secretaria executiva e à plenária, sendo a coordenação geral, composta de quatro titulares e quatro suplentes, é realizada mediante a representatividade dos empreendimentos (50%), o apoio técnico (25%) e os gestores públicos (25%), de tal forma que os agentes solidários possam ter unanimidade na tomada de decisões.

A Lei nº 8.717 estabelece o marco legal das políticas públicas de Economia Solidária no município de Campos dos Goytacazes, trata dos princípios, objetivos, diretrizes e é de suma importância no processo de institucionalização da EcoSol municipal. A lei representa o reconhecimento da existência dos empreendimentos econômicos solidários, e a criação de um conselho público municipal de Economia Solidária não conselho deliberativo, o que é um ponto de inflexão entre o governo local e o movimento.

Tendo tudo isso em vista, o presente trabalho propõe-se a analisar a relação entre o Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes e as políticas públicas municipais no fomento e intensificação da Economia Solidária Local. Observou-se a atuação das políticas a partir da atuação dos oito segmentos políticos estabelecidos no FLES/CG, a constar: Agricultura Familiar, Cooperativas de Catadores se Materiais Recicláveis, Quilombolas, Alimentação, Artesanato, Pesca Artesanal, Assentamentos da Reforma Agrária e Cooperativas Populares.

Referencial Teórico

Singer (2014) define a Economia Solidária fundamentada em quatro pilares éticos: autogestão, igualdade, solidariedade e viabilidade econômica, para a formação dos seus grupos de interesses. Concomitantemente, mostra as inúmeras possibilidades de atuação das empresas solidárias no mercado capitalista, fazendo-o afirmar que a EcoSol tem aporte estrutural suficiente para ser considerado um modelo de produção econômico, haja vista que está integrada em todos os setores econômicas existentes.

Todavia, esta não é a única ótica existente, uma vez que Hillenkamp (2017) afirma que existem dois grupos: os defensores e os observadores críticos da Economia Solidária. O primeiro grupo já representado na opinião de Singer (2014), acredita na oposição ao capitalismo, enquanto o segundo grupo representado aqui por Gaiger (2003), afirma que os valores atuantes na EcoSol não impedem seus trabalhadores de continuarem fazendo uso de instrumentos comuns ao capitalismo para sua reprodução.

Segundo Culti et al. (2010), existem quatro mitos preconcebidos sobre a Economia Solidária: ser um setor à parte; ser uma economia caritativa de reparação; ser uma sub economia reservada aos excluídos; e estar condenada a se dissolver

na economia privada ou pública. Com relação ao primeiro mito, sua concepção se sustenta na EcoSol não ter circulação de dinheiro, o que não procede pois mesmo que existam grupos de troca, os EES atuam diretamente no setor mercantil, portanto integram a economia convencional. O segundo mito não se sustenta devido a necessidade dos empreendimentos terem viabilidade econômica, como defendido por Singer (2014). O terceiro mito é uma adição aos preconceitos anteriores, com uma subestimação das pessoas, a qual visa minar a autoestima, além de julgá-las incapazes de se inserirem no mercado formal ou como empreendedoras. O quarto e último mito, acredita que a Ecosol estaria enquadrada em uma perspectiva temporária de atuação, o que por si só é infundado, já que existem empreendimentos solidários atuando em todos os setores da economia, com êxito que não se quantifica apenas financeiramente.

A Economia Solidária tem os mecanismos para o fomento do desenvolvimento local, valorizando a diversidade, preocupando-se com o ambiente e prática econômica integrada a ele, construindo alternativas sociais para a inserção de trabalhadores e geração de renda, desmistificando as técnicas e promovendo a democratização participativa (autogestão). Ao mesmo tempo,

O facto é que muitas políticas sociais e econômicas provam que são mais eficazes quando aplicadas no âmbito local: mobilizando todos os actores da comunidade em causa e envolvendo-os de forma activa na vida económica, social, cultural e política estabelecendo-se desta forma uma base mais sólida para o desenvolvimento sustentável do território (SILVA; SILVA, 2008, p.10).

Isso reafirma a importância da política pública para a concretização do processo de desenvolvimento, fazendo da inserção econômica solidária um caminho viável para a implementação de programas e projetos, com apoio de instituições locais, públicas e privadas, fortalecendo a formação dos trabalhadores solidários.

Segundo Souza (2006) as políticas públicas (PP's) são campos multidisciplinares, em que existem inúmeras explicações sobre a natureza das políticas públicas e seus processos. Suas teorias precisam abordar as inter-relações do Estado, política, economia e sociedade. Portanto, a autora constata que, existem diferentes definições do que é política pública como: Mead (1995) a análise do governo à luz das questões públicas; Lynn (1980) as ações do governo que irão produzir efeitos específicos; de Peters (1986) soma das atividades do governo, que influenciam a vida dos cidadãos; Dye (1984) as decisões do governo; e Laswell que

propõe questões de quem ganha o quê, porquê e que diferença faz. Apresenta a seguinte resposta:

Pode-se, então, resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Di Giovanni (2009) considera a política pública como a intervenção do Estado em situações sociais problemáticas dentro da sociedade. Assim, elas possuem um ciclo de seis momentos: desequilíbrio percebido pela esfera governamental, formulação de conduta, implementação da política pública, monitoramento da interação, avaliação do resultado final e readequação. A escolha da situação-problema, como Dagnino (2002) apresenta, parte também da sociedade civil em demonstrar desconforto com a realidade, que se organiza em prol de mudanças das condições postas.

Desta forma, Iglesias (2013) questiona as peculiaridades do movimento solidário, como um espaço de articulação de diferentes grupos, com objetivos variados, unificados pela autogestão, geração de renda e trabalho, promovendo uma plataforma territorial de desenvolvimento, ao mesmo tempo que, dialoga com a esfera governamental em busca de políticas públicas de fomento. Destaca-se, assim, a importância de uma reflexão acerca da configuração do movimento social, comparativamente as demais experiências de organização de grupos sociais.

Olson (1999), acredita que mesmo existindo subgrupos antagônicos, a organização existe para servir a um interesse comum de seus membros, e esta afirmação não pressupõe que não existam conflitos internos de grupos que estejam sendo desprezados. “Assim como se pode supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo tem um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 1999, p. 20). Algumas vezes, um dos interesses individuais de um subgrupo pode ser contra ao dos outros subgrupos, neste caso o que prevalece é o interesse comum, que compõe a identidade da organização.

Offe (1986) complementa as teorias apresentadas, com a noção de oportunismo no qual ele acredita, que algumas associações tendem a se firmarem em ações já amplamente consolidadas, como greves e partidos políticos ligados aos seus interesses. Todavia, é esta prática que impede a promoção de uma ruptura

com os desafios enfrentados, afetando as conquistas dos interesses pleiteados. Numa espécie de submissão “voluntária” que todos sedem seus direitos em prol do congregado pelo coletivo que se mantem em uma posição já estabelecida.

A primeira experiência datada da interação da política pública na Economia Solidária no Brasil, segundo Freitas, Sanchez e Neves (2016) foi em âmbito municipal no estado do Rio Grande do Sul, no final dos anos 1990, quando alguns governos eleitos de partidos considerados democráticos e populares ganham as eleições, e desenvolvem estruturas próprias no interior dos governos de apoio e fomento da EcoSol. Este processo é feito em consonância com as demandas e reivindicações do movimento solidário, e esta primeira inserção se dá no âmbito das secretarias municipais de desenvolvimento e assistência social. Da mesma forma que ocorreu em Campos.

Nesta mesma década, no Rio Grande do Sul, criou-se um Departamento de Economia Solidária no interior da Secretaria de Desenvolvimento, sendo esta a primeira organização voltada exclusivamente para a EcoSol em âmbito estadual. No aspecto federal, a SENAES consegue construir o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no Primeiro Plano Plurianual (PPA) de 2004, baseado em quatro pontos delimitadores: estratégias de formação e educação ligadas à EcoSol; a comercialização e o comércio justo; as finanças solidárias; o marco jurídico da EcoSol; e o direito ao trabalho associado (FREITAS, SANCHEZ, NEVES; 2016).

Os autores também relatam que no I Conaes realizado em Brasília (jul/2006), houve uma consolidação da visão das políticas públicas de EcoSol que passam a serem entendidas como uma estratégia política de desenvolvimento, visando construir novos tipos de relações sociais, emancipadas e não apenas geradoras de trabalho e renda ou de combate à pobreza. Dentre as reivindicações realizadas na conferência foi delimitado quatro ações que o Estado deveria desenvolver, a fim de se viabilizar a inserção da Economia Solidária, que são: acesso ao conhecimento, a comercialização, a financiamento e crédito e o reconhecimento institucional da EcoSol.

Assim, as políticas públicas de Economia Solidária foram e são construídas em parceria com a sociedade civil e isso é a parte mais importante da elaboração destas ações, pois esta relação íntima garante a consonância da prática solidária e sua política. Entretanto, neste processo, existem alguns autores que discordam da

implementação de políticas públicas para a Economia Solidária, ao mesmo tempo, que existem outros que a apoiam.

Gaiger (2003) parte da ideia de que as relações de trabalho existentes na Economia Solidária não são capazes de romper com a estrutura capitalista de capital-trabalho, gerando apenas uma melhoria nas condições de reprodução, sem real mudança. Portanto, para este autor, a presença de uma política pública de Economia Solidária tem um caráter paliativo e não de transformação como se propõe.

Em consonância com Gaiger (2003), Bertucci (2010) afirma que a prática da Economia Solidária brasileira é uma luta pela sobrevivência econômica, uma saída imediatista ao desemprego, mas sem um real panorama de posterioridade. Para o autor, ela ainda reproduz a precarização do trabalho e não tem fôlego suficiente para inserir socialmente estes trabalhadores, e, a intervenção governamental por meio de política pública não seria suficiente para mudar esta interação.

Em oposição a estas ideias, Freitas, Sanchez e Neves (2016) defendem a existência das políticas públicas de EcoSol com o objetivo de sanar as falhas de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) periférico, que mantém o assalariamento como a principal relação socioeconômica. Também apresentam como argumento que, a existência destas políticas fomenta a promoção de outra estratégia de desenvolvimento na perspectiva de superação do capitalismo.

Metodologia

Para o presente trabalho, realizou-se uma análise dos dados retirados do banco de dados montado pela ITEP, por meio das cartas de adesão, em que os empreendimentos membros do FLES/CG preenchem, visando terem direito a fala e voto durante às plenárias mensais do Fórum. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com alguns representantes considerados chaves para a promoção e a manutenção da Economia Solidária local. Os entrevistados foram os oito líderes de seus segmentos políticos junto ao Fórum mais a representante da ITEP e, portanto, suas falas simbolizam a realidade vivenciada coletivamente. A partir dos dados obtidos foi criado um fluxo de interlocução das secretarias do governo municipal com os trabalhadores solidários campistas, na atual gestão municipal iniciada em 2017.

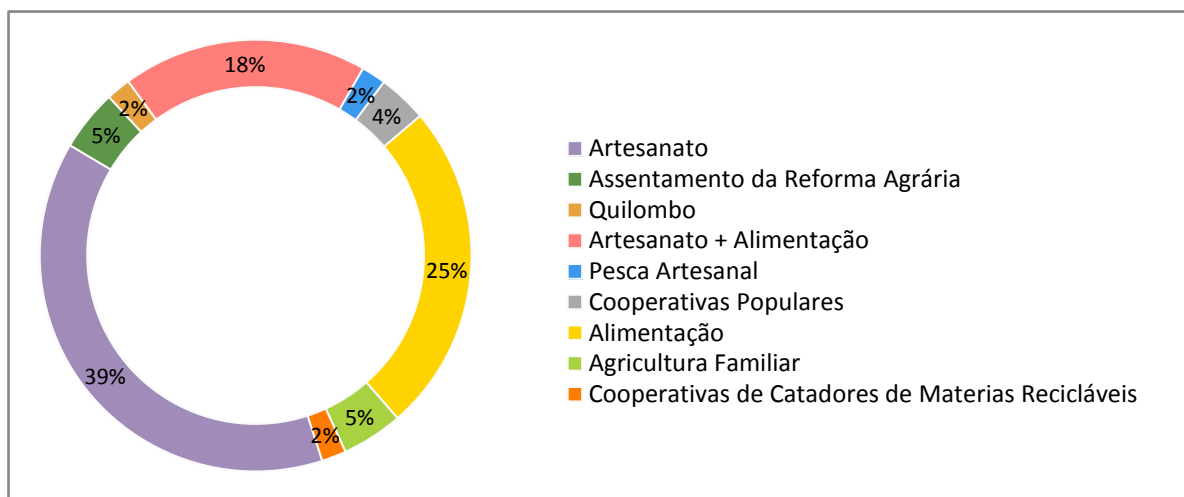
Resultados e discussão

Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes

Até a realização desta pesquisa, o FLES/CG contava com 122 membros regulamentados com carta de adesão, o que representa 400 indivíduos envolvidos com a Economia Solidária no município. Por sua vez, Gestão Pública e a Assistência Técnica não chegavam a compor 10% dos integrantes do Fórum, e a isto se dava a superioridade numérica dos EES, com 90% da formação do Fórum. Ao observar estes mesmos dados numa escala menor, a distribuição segmentar se mostra bastante desproporcional, valendo salientar que, muitos grupos têm abordagens mistas, o que foi devidamente demarcado na análise das informações apresentadas na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição dos membros do FLES/CG conforme os segmentos políticos

Fonte: Elaboração Própria, com base nas Cartas de adesão do FLES/CG, até maio de 2019.



A Alimentação e o Artesanato, por si só, congregam em 64% dos empreendimentos, e quando somados os grupos mistos, a representação chega a 82%, demonstrando assim a força que estes segmentos possuem no Fórum. Isso se vê claramente nas plenárias, em que estes grupos de interesse tem a maioria de

integrantes, portanto, voz ativa e poder de barganha elevados, mostrando uma melhor inserção das suas demandas nas políticas públicas.

Por outro lado, a Pesca Artesanal e os Quilombolas são os grupos mais frágeis, apenas com 4% da representatividade e conseqüentemente os dois grupos com menor força junto ao Fórum, e os que possuem ressalvas com relação a Economia Solidária. Já as Cooperativas Populares e de Catadores de Materiais Recicláveis, a Agricultura Familiar e assentamentos conjuntamente possuíam 16% dos membros do FLES/CG, sendo que estes quatro grupos originariamente eram dois, suas divisões decorreram em busca da legitimação de interesses políticos específicos, visando realçar a luta política que estes grupos carregam.

O segmento da Pesca Artesanal se encontra descolocado devido a não extração de peixes no rio Paraíba do Sul, que sejam comercializáveis nos espaços oferecidos pelo movimento. Isso se dá devido ao processo de assoreamento que o rio vem sofrendo durante os anos, o que inviabiliza a realização da Pesca Artesanal, e faz surgir novos processos, como a entrada de peixes antes não encontrados nesta localidade. Vale salientar que, os pescadores continuam suas atividades e realizam o comércio por outros meios já instituídos antes do contato com a Economia Solidária. Este contato se deu buscando agregar e dar força a causa dos pescadores na luta pela preservação dos seus modos de reprodução, e vem cumprindo este propósito.

O segmento dos Quilombos é marcado pelos produtos artesanais, alimentícios e de agricultura familiar. Portanto, a principal dificuldade enfrentada é a logística de venda e a confiança em pessoas que não estejam culturalmente ligadas às comunidades quilombolas, desta forma, dificultando muito a interação com a Economia Solidária. A renda proveniente dos empreendimentos solidários, compostos majoritariamente por mulheres, é de cunho complementar e seu trabalho envolve toda a articulação familiar.

Seu contato inicial com a Economia Solidária se deu por meio da ITEP com a oferta de cursos à comunidade, e posteriormente o convite a integrar um segmento político dentro do FLES/CG. Desta forma, a interação entre eles é feita da mesma forma que a Pesca Artesanal, a EcoSol amplifica as lutas segmentares enfrentadas, enquanto o segmento auxilia a fortalece o movimento de Economia Solidária local.

Todos os segmentos que compõem o Fórum trabalham dentro da estrutura da autogestão defendida por Singer (2014) e defendida como uma das premissas da

Economia Solidária. Todavia, nem todos os empreendimentos tem conseguido gerar renda por meio da Economia Solidária, sendo a maioria ainda dependente de fontes de renda externas. Assim, não necessariamente existe uma descaracterização da atividade base como no caso da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária, que são segmentos já bem estruturado dentro da sua vertente. A integração com a Economia Solidária veio mediante a exaltação da agroecologia, o que também causou a fragmentação dos segmentos que anteriormente era apenas um, com espaço diferencial de comercialização organizado pela ITEP e acesso ao apoio técnico especializado junto ao FLES/CG.

Considerando os apontamentos discutidos pela teoria de mobilização de recursos estabelecida por Olson, basta agora a realização de uma correlação com as práticas vivenciadas no movimento de Economia Solidária campista. Dentre os oito líderes de segmentos entrevistados, destaca-se a fala: da Pesca Artesanal e dos Quilombolas.

Com relação a Pesca Artesanal, a não capacidade de contribuir de forma produtiva com os espaços de comercialização ofertados, causou um distanciamento do Fórum, minimizando a sua participação nas plenárias e canalizando o seu tempo para outras atividades. Já em relação ao segundo, a entrada posterior a formação do FLES/CG e a instauração de alguns dos espaços de convivência, a faz enxergar a Economia Solidária como um ambiente extremamente institucionalizado na figura do Fórum e na disputa por políticas públicas. Nota-se, ainda, que os Quilombolas conduzem relações solidárias no coletivo que organiza, sem amparo de uma instituição técnica, apenas de forma instintiva e com os conhecimentos pessoais de sua formação licenciada em Educação no Campo.

Por sua vez, a representante das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis apresentou um discurso muito marcado pela “gratidão” à representante da ITEP, associando esta pessoa a existência e as conquistas realizadas no âmbito da Cooperativa, a qual é presidente. Os demais líderes apresentaram um discurso mais homogêneo de integração de interesses e relações com a Economia Solidária, estimulados a participar do movimento devido aos ganhos particulares que a permanência nestes espaços traria para o seu segmento no longo prazo.

O comportamento dos agentes solidários da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes está em consonância com a ideia de oportunismo defendida por Off (1986) pois, os interesses coletivos são geridos por uma ação coletiva, aqui

simbolizada pelo FLES/CG, em que os grupos se inserem sem se expressar suas peculiaridades e aceitando reproduzir caminhos já consolidados na prática solidária. O oportunismo dos segmentos está em compor um movimento de economia solidária sem buscar contribuir para a construção dele, se permitindo serem guiados pelo coletivo.

Esta atitude amplia a institucionalização do movimento, impedindo que uma real autonomia se dê por parte dos trabalhadores, os mais interessados na boa condução do processo. Assim, as assessorias técnicas presentes neste espaço de organização dos trabalhadores que é o Fórum, acabam conduzindo o processo, supondo que estão fazendo o melhor possível, mas sem realmente saber, já que não são eles os agentes demandantes, mas sim uma das ferramentas para a prática solidária.

A falta de mobilização e participação popular por meio dos trabalhadores, descaracteriza o FLES/CG como um espaço de articulação e debate, tomando o oportunismo e o individualismo dos grupos como algo corriqueiro. Uma das possíveis causas para essa ocorrência é a falta de sensação de pertencimento ao coletivo entre os segmentos, que decorrem de uma lacuna na formação em Economia Solidária.

Política Pública de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes

Tendo a importância da presença de políticas públicas em Economia Solidária, o ponto de discussão é as suas estratégias de criação em âmbito local. Para isso, a experiência adquirida pelo NuMI EcoSol (Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária), durante a execução do projeto do programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), responsável por pautar o tema de políticas públicas. Durante a vigência do projeto, foram realizadas discussões teórico-metodológicas, que desencadearam oficinas para aprofundamento do tema, por parte da equipe. Neste processo, o NuMI EcoSol entende que as políticas públicas partiam de cinco princípios: formas variadas de ação; processos complexos que não tem foco apenas no produto; objetivos de longo prazo; congregam anseios coletivos e disputam recursos públicos; e são ponto de partida para as ações do Estado (GODOY; FERREIRA; SANTOS; 2013).

Sendo o produto final destinado a Fapesp, as diretrizes de política pública de Economia Solidária, que são: a necessidade de acesso a espaços físicos para implantação de EES; a comercialização de produtos; a consolidação do marco legal e apoio a formalização dos EES; aumento das iniciativas de Economia Solidária; aumento de condições para a formação contínua, permanência e abrangência da Economia Solidária; fomento ao pleno acesso aos direitos de cidadania; e aumento as condições de acesso à informação (GODOY; FERREIRA; SANTOS; 2013).

Assim, a análise local parte destes princípios para entender a formação da política pública, apresentada a seguir na Figura 2, com a estrutura política da prefeitura de Campos dos Goytacazes.

de Economia Solidária, que está em negociação de três petições do FLES/CG: o código tributário, o sistema e a regulamentação do centro público. Destaca-se que já houve um centro de comercialização de Economia Solidária junto a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, antes da consolidação da Lei, acolhimento este similar ao primeiro contato público de outros municípios, como no estado do Rio Grande do Sul. Todavia se encerrou devido a um incidente político, com ocorrência anterior a criação do Fórum, havia um espaço de comercialização de produtos artesanais voltada para a Economia Solidária, que no decorrer do jogo político de reeleição de 2010 foi apropriado, passando ser atribuído como uma ferramenta de campanha e não mais uma política pública. Além desta questão, os trabalhadores preferem não se associar a esta secretaria devido ao caráter assistencialista que ela carrega, como relatado pela assessora entrevistada, representante da ITEP.

Mantendo-se na estrutura da prefeitura, visualiza-se dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (em azul, na figura 2) outro espaço de acolhimento comum a Economia Solidária apresentado por Freitas, Sanchez e Neves (2016), a existência do Crédito Solidário (em laranja na figura 2), junto ao Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM), trazendo o Aval Solidário, em que um integrante será o avalista de outro integrante. Até o momento de conclusão da pesquisa, apenas um grupo ligado as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis fizeram uso do crédito, para a compra de um caminhão, visando realizar a coleta seletiva municipal. A aquisição deste crédito contou com o apoio da ITEP no processo de documentação e o responsável pelo FUNDECAM se mostrou prestativo em esclarecer as dúvidas e na junção dos documentos necessários.

A principal reivindicação das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis é a realização de licitações públicas, em que as cooperativas possam participar para receberem pelo serviço de coleta, que até então é feito com todos os custos arcados pelas cooperativas e de forma restrita a um bairro. Isto porque existe uma empresa privada no município que realiza a coleta seletiva, e faz, uso dos materiais para a redistribuição entre as cooperativas de matérias recicláveis, também recebendo da prefeitura pelo serviço de coleta prestado.

Ainda em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento, a Superintendência do Trabalho e Renda, desenvolve a Feira & ETC (Economia, Trabalho e Cultura) em laranja na figura 2, aos domingos na praça do município (Jardim São Benedito), com cadastro de empreendedores locais. Na feira, a Economia Solidária atua em

parceria, sendo separada uma quantia de vagas para os trabalhadores solidários, tendo os segmentos de Alimentação e Artesanato preenchido a totalidade das vagas. Um ponto interessante é que os Quilombolas também participam, mas não por meio da Economia Solidária, pois, no período de convite para a primeira edição da feira, os grupos atuantes não estavam vinculados ao movimento, portanto, foram convidados de forma independente, não vendo a necessidade de trocar a forma de participação.

Outra articulação que foi promovida pela superintendência é a Carteira do Artesão, em laranja na figura 2, que é um programa do Governo Federal de reconhecimento do Artesanato, emitida pelas coordenações estaduais do Artesanato, serviço prestado apenas na capital do estado do Rio de Janeiro. Desta forma, com a insistência do FLES/CG, onde os artesãos têm força, a prefeitura negociou a vinda desta coordenação para Campos visando realizar emissão destas carteiras. Todavia, durante a entrevista com a liderança do segmento, foi relatado que a posse desta carteira não causou nenhuma alteração na dinâmica do segmento. Haja vista que os artesãos supunham que ganhariam maiores descontos na compra de materiais, e facilidade na participação de feiras, todavia, isso não ocorre. Os descontos ofertados na compra dos materiais, são os mesmos já obtidos na compra por atacado, e com relação as feiras, não houve nenhuma nova oportunidade.

Com relação ao Conselho Municipal de Economia Solidária, sua instauração ainda está em processo de negociação durante o fechamento deste trabalho, portanto, não sendo possível relatar aqui os seus trâmites. Se observa que o principal parceiro da EcoSol no município é a Companhia de Desenvolvimento do Município Campos dos Goytacazes (CODEMCA), em azul na figura 2, que trabalha em conjunto com o movimento promovendo a articulação de políticas públicas junto a prefeitura, sendo uma espécie de mediador entre os dois atores. Em 2019, foi criado mais um espaço de comercialização na Cidade da Criança, um parque temático municipal, com entrada paga tanto para adultos quanto para crianças, de administração da CODEMCA. A inserção comercial da Economia Solidária na Cidade da Criança tem sido promissora para o Artesanato e Alimentação, segmentos contemplados pela parceria, pois o espaço nos finais de semana concentra muitos visitantes, e tem sido oferecido para os trabalhadores solidários uma infraestrutura satisfatória para a comercialização, como geladeira (cedida pela

ITEP) e espaço físico temático. Foi neste mesmo local que houve a realização do I Festival do Chocolate de Campos, também considerado, pelos segmentos Alimentação e Artesanato, um sucesso. Vale salientar que, a Alimentação utiliza estes espaços de forma estratégica na promoção da Economia Solidária entre outros indivíduos, eles convidam pessoas que se encontram em vulnerabilidade econômica para estes eventos e lhes oferecem a chance de participar da EcoSol.

Dentre as conquistas já efetivadas, o Festival de Economia Solidária é a primeira e mais longa parceria existente, e até o final de 2019 será realizada a sua sexta edição na Praça São Salvador, no centro da cidade. Este é o espaço mais importante da Economia Solidária no município, pois é quando o movimento interage com a sociedade oferecendo atividades culturais, palestras, oficinas e espaços de comercialização para todos os segmentos. Portanto, durante estes três dias de interação, nota-se a complexidade do movimento de EcoSol, o aporte de empreendimentos existentes e a função do FLES/CG como mediador destes interesses. É importante destacar que, nas últimas edições, o segmento da Pesca Artesanal não esteve presente devido à dificuldade de se obter peixes comercializáveis, o que causou um distanciamento do Fórum minimizando a sua participação nas plenárias e canalizando o seu tempo para outras atividades. Ao mesmo tempo, na quinta edição foi a primeira vez que esteve presente o segmento Quilombola com cultura e receitas típicas, nas edições anteriores, participou apenas na comercialização de produtos agrícolas.

Dos processos que estão em negociação destacados em verde na figura 2, o Festival Natal Luz é previsto para a realização em sequência ao Festival de Economia Solidária, como mais um espaço de contato com a comunidade e divulgação dos EES. Já a revitalização da Lapa se trata do projeto mais audacioso da Economia Solidária, pois busca dar outro sentido para a região do cais do Rio Paraíba do Sul, atualmente subutilizada como terminal de ônibus, trazendo para este espaço uma outra lógica de interação com a cidade. A escolha desta localidade se deu devido a vontade de integração do segmento da Pesca Artesanal, que não foi contemplado pelas políticas em vigor, portanto, com a revitalização da lapa, almeja-se aproximar este grupo dos demais segmentos.

E marcado no discurso do gestor público municipal uma preocupação centrada na capacidade de geração de renda, da Economia Solidária. Ao ponto que durante a primeira edição da Feira ETC, houve ao fim um questionamento aos

trabalhadores, de quanto eles tinham comercializado durante a feira. O que incomodou demasiadamente o FLES/CG por não ser uma conduta praticada pelos membros, e considerada pela maioria como ofensiva.

Tendo transitado por todas as políticas públicas de Economia Solidária em vigor e também em negociação em Campos dos Goytacazes, cabe pontuar se as mesmas contemplam cinco pontos base definidos como primordiais pelo NuMI EcoSol. O primeiro ponto levantado é a realização de formas variadas de ação, pode-se dizer que ainda está limitado, e muito centrado nos espaços de comercialização e voltados especificamente para os segmentos de Alimentação e Artesanato. A Agricultura Familiar com os produtos agroecológicos, assim como os assentamentos com os produtos convencionais, e as Cooperativas Populares só aparecem no Festival de Economia Solidária.

Já o segundo ponto, de elaboração de processos complexos, que não tem foco apenas no produto, só é expresso durante o Festival, que é realizado uma vez ao ano em comemoração ao Dia da Economia Solidária. Com a efetivação do Festival Natal Luz, revitalização da Lapa, do sistema de Economia Solidária, assim como o centro e o código tributário, almeja-se que esta oferta se amplie, entretanto, ainda é um ponto a ser melhor explorado pelo movimento.

O terceiro ponto consiste nos objetivos a longo prazo, que ainda se encontram em processo de negociação junto a Frente Parlamentar na Câmara de Vereadores de Campos. Vale lembrar que, as conquistas da EcoSol junto ao município se derem a partir do ano de 2016, portanto, sendo ainda muito recente e tendo um longo caminho de articulações a ser trilhado.

O quarto ponto trata de congregar os anseios coletivos e disputa pelos recursos públicos, que infelizmente vem se dando de forma enviesada pela Alimentação e Artesanato, que por serem os segmentos mais antigos e numerosos, captam a maioria dos recursos. Todavia, esta é uma questão a ser debatida no âmbito do FLES/CG, pelas lideranças nas suas disputas de interesses.

O último e quinto ponto, é que as políticas públicas sejam ponto de partida para as ações do Estado, isso se dá com as Cooperativas de Materiais Recicláveis, que ao obterem o crédito específico da Economia Solidária, passaram a demandar uma outra visão da prefeitura. Sendo, portanto, a participação na proposição da política pública o ponto de partida para a negociação de outras ações do Estado.

Com relação as diretrizes para a construção de política pública, as que foram construídas em Campos dos Goytacazes ainda não abrangem todos os pontos elucidados. Todavia a instauração da Lei nº 8. 717 da Economia Solidaria e Cidadã, estabeleceu a resolução para os a construção e consolidação da política pública de EcoSol, assim como se consta nos apontamentos do NuMI EcoSol.

Dentre os princípios estabelecidos, a gestão atual e o FLES/CG estão centrando seus esforços na necessidade de acesso a espaços físicos para implantação de EES e a comercialização de produto. Ao mesmo tempo que negocia com a Câmara de Vereadores a consolidação do marco legal e apoio a formalização dos EES, com o sistema de Economia Solidária e Código Tributário da Economia Solidária, ambos em verde na figura 2.

Por sua vez o aumento das iniciativas de Economia Solidária e o aumento de condições para a formação contínua, permanência e abrangência da Economia Solidária está a cargo das assistências técnica, centralizadas na figura da ITEP, que também conduz as discussões estabelecidas no Fórum e auxilia os trabalhadores na inserção política da EcoSol. O que no que lhe diz respeito, é uma ampliação a informações e a cidadania dos trabalhadores solidários, por meio da Economia Solidária.

Considerações finais

O Fórum de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes foi criado como um espaço de organização dos interesses individuais dos segmentos e articulação da EcoSol local. Todavia os interesse dos segmentos Alimentação e Artesanato vem se sobressaindo em detrimento dos outros, o que se reflete na própria elaboração das políticas públicas municipais. Assim o oportunismo de Off (1986) e o individualismo de Olson (1999) dos grupos de interesses, minimizam as potencialidades presentes neles, levando a questionar se a falta de autonomia é devido a centralização por parte da Incubadora, ou uma simples falta de interesse dos agentes em ocuparem os espaços conquistados e se indisporem nos conflitos.

A forma como as políticas públicas municipais de Economia Solidárias se estruturam em Campos dos Goytacazes condizem com a teoria da Mobilização de Recursos sobre Ação Coletiva de Grupos de Interesses de Olson (1999), ao afirmar que os grupos de interesse mais proeminentes enviesam os recursos para os seus objetivos individuais, relegando os coletivos a um segundo plano. Isso se consagra com as afirmações realizadas por Gaiger (2003) e Bertucci (2010), ao não julgarem a Economia Solidária uma força de mudança possível, mas uma sobrevivência econômica, paliativa a exclusão social imposta no sistema capitalista.

Nota-se, portanto, que as políticas públicas municipais de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes precisam, ainda, de algumas contribuições para alcançarem o papel de promotoras do desenvolvimento local. Haja vista, a não participação da maioria dos segmentos na construção destas políticas e a não contemplação de seus campos de atuação nas medidas em vigor. Desta forma, o caminho a trilhar visando a instauração de um bem viver entre os empreendimentos precisam ser reforçados, da mesma forma que o interesse demonstrado pela gestão governamental municipais pode ser passageiro, em um cenário que haja mais demandas de outros segmentos, e, portanto, maiores pressões sociais para a efetivação de políticas públicas que fomentem a Economia Solidária e sua capacidade de promover desenvolvimento local.

Referências Bibliográficas

- BERTUCCI, J. O. A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2010.
- CULTI, M. N.; KOYAMA, M. A. H.; TRINDADE, M. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos Os Bichos, 2010.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Capítulo 8.
- DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n.82, NEPP/ Unicamp, 2009.
- FREITAS, M. M.; SANCHEZ, F. J. B.; NEVES, E. F. Políticas públicas em Economia Solidária: construção de conceitos e práticas coletivas. In: CORTEGOSO, Ana Lucia et al (Org.). **Economia Solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão**. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 173-192
- GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul. /dez. 2003.
- GOGOY, T. M. P.; FERREIRA, D. M.; SANTOS, P. G. C. Avanços na conceituação coletiva dos termos autogestão, desenvolvimento territorial e políticas públicas no NuMI- EcoSol/ UFSCar. Org: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE Cooperativas Populares DA USP (São Paulo). **Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares**. São Paulo: Creative Commons, 2013. p. 265-286
- HILLENKAMP, I. Os universos da Economia Solidária economias morais e relações sociais na região sul-americana. In: **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: Edufscar, 2017. p. 47-58
- IGLESIAS, G. V. Movimento de Economia Solidária. Org: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE Cooperativas Populares DA USP (São Paulo). **Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares**. São Paulo: Creative Commons, 2013. p. 67-76
- OFFE, C. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de representação. In: Offe, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1986. Páginas 56-118
- OLSON, M. Uma Teoria dos Grupos Sociais e das Organizações In: **A lógica da ação coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. Tradução: Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.
- SILVA, J. L. A.; SILVA, S. I. R. A Economia Solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos Ces**, [s.l.], n. 02, p.1-15, 1 dez. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1451>.
- SINGER, P. Dez anos de secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho: Economia Solidária E Políticas Públicas**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 56, p.89-93, fev. 2014.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45